



**Estado do Amazonas**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPAUÁ**

**EDITAL DE LICITAÇÃO**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 021/2024 - PMT**  
**CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 001/2024-PMT**  
**MENOR PREÇO GLOBAL**

O **MUNICÍPIO DE TAPAUÁ – PREFEITURA MUNICIPAL**, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local indicados fará realizar licitação, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, na forma **PRESENCIAL**, do tipo **menor preço Global**, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 01/04/2021, que se encontra regulamentada no âmbito da Administração Municipal pelo Decreto Municipal nº 019/2024, de 10/04/2024, onde se estabelecem as Normas Gerais de Licitação e Contratos Administrativos, e, ainda, pela Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, alterada pela LC 147/2014, LC 155/2016, e demais alterações e legislações complementares, e as exigências estabelecidas neste Edital.

**PARTICIPAÇÃO COM CONTRATAÇÃO PRIORITÁRIA PARA EMPRESAS LOCAIS/REGIONAIS, CONFORME DECRETO MUNICIPAL Nº 019/2024, DE 10 DE ABRIL DE 2024.**

<b>Tipo de julgamento:</b>	<b>Menor Preço Global</b>
<b>Objeto:</b>	<b>CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA OBRAS E SERVIÇOS DE CONTENÇÃO DE EROSÃO PARA INTERLIGAÇÃO DE VIAS DE ACESSO COM PAVIMENTAÇÃO NO MUNICÍPIO DE TAPAUÁ/AM.</b>
<b>Órgão Gerenciador:</b>	<b>Município de Tapauá/AM</b>
<b>Secretaria Promovente:</b>	<b>Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura</b>
<b>Observação:</b> a Sessão Pública para recebimento das propostas de preços e dos documentos de habilitação será realizada na data, horário e local descritos abaixo:	
<b>Data:</b>	<b>14/11/2024</b>
<b>Horário:</b>	<b>09h00min</b>
<b>Local da Sessão Pública:</b>	<b>Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Tapauá/AM Av. Presidente Castelo Branco, 361, CEP.: 69480-000, Tapauá – AM</b>

**Dias, horários e local para leitura ou obtenção deste edital físico: de Segunda a Sexta-feira (dias úteis e de expediente) das 8h às 12h e das 14h às 17h na Sede da Prefeitura Municipal.**

O edital estará disponível, eletronicamente, através do Portal da Transparência do Município de Tapauá/AM através do link: (<https://transparenciamunicipalaam.org.br/>), e a pedido pelo e-mail: [agentecontratacao.tapaua@gmail.com](mailto:agentecontratacao.tapaua@gmail.com) e ainda, de forma presencial, na sede administrativa da Prefeitura Municipal, situada a Av. Presidente Castelo Branco, 361, Centro – CEP 69.480-000 – Tapauá/AM.

Obs: O município disponibilizará a versão física dos documentos em suas repartições aos interessados, vedada a cobrança de qualquer valor, salvo ao fornecimento de edital ou de cópia de documento mediante pagamento do valor de sua reprodução (art. 67, §4º do Decreto municipal nº 019 de 09 de abril de 2024).

**Aviso de licitação publicado na imprensa oficial do município de Tapauá no site:**  
<https://diariomunicipalaam.org.br/>



Estado do Amazonas  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPAUÁ

EDITAL DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 001/2024 – PMT

**PARTICIPAÇÃO COM CONTRATAÇÃO PRIORITÁRIA PARA EMPRESAS LOCAL/REGIONAL, CONFORME DECRETO MUNICIPAL Nº 019/2024, DE 10 DE ABRIL DE 2024.**

O **MUNICÍPIO DE TAPAUÁ-PREFEITURA MUNICIPAL**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede AV. Presidente Castelo Branco, nº 361, Centro - CEP.: 69.480-000, TAPAUÁ/Amazonas, inscrito no CNPJ sob o nº 04.530.390/0001-62, torna público para conhecimento dos interessados que, realizará licitação, na modalidade **CONCORRÊNCIA, DE FORMA PRESENCIAL**, com critério de julgamento por, **MENOR PREÇO GLOBAL**, conforme disposto nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 01/04/2021, REGULAMENTADA no âmbito da Administração Municipal pelo Decreto Municipal nº 019/2024, de 10 de abril de 2024, que estabelecem Normas Gerais de Licitação e Contratos Administrativos, e, ainda, pela Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, alterada pela LC 147/2014, LC 155/2016, e demais normas pertinentes e pelas condições estabelecidas pelo presente instrumento e seus anexos.

**JUSTIFICATIVA**

Nos termos do arcabouço jurídico que rege a matéria, importante justificar a razão da Modalidade Licitatória (Concorrência Presencial), que encontra guarida no art. 176 da Lei Federal nº 14.133/21 que **ressalvou aos Municípios com até 20.000 (vinte mil) habitantes o prazo de 6 (seis) anos, contados da data de publicação da referida lei, para cumprimento da obrigatoriedade de realização da licitação sob a forma eletrônica. No caso de TAPAUÁ-AM, de acordo com o último Censo do IBGE realizado em 2022 sua população contabilizou 19.599 (dezenove mil, quinhentos e noventa e nove) habitantes.**

Demais, o art. 67 do Decreto Municipal nº 019/2024 que regulamentou a aplicação da Lei Federal 14.133/21 no Âmbito Municipal, dispõe acerca da **Sessão Pública Presencial** nos seguintes termos: **“Art. 67. No dia, horário e local estabelecidos no edital, o condutor do certame iniciará e dirigirá a sessão pública presencial. § 1º O edital deverá informar o local, a data e a hora para a entrega em envelopes distintos das propostas de preços, a proposta técnica e/ou trabalho, quando for o caso, e os documentos de habilitação. § 2º A sessão pública presencial será realizada no permissivo do inciso II, do art. 176 da lei 14.133/21 terá o prazo de 6 (seis) anos, contado da data de publicação da lei 14.133/21 para obrigatoriedade de realização da licitação sob a forma eletrônica a que se refere o § 2º do art. 17 da Lei Federal 14.133/21 e das regras relativas à divulgação em sítio eletrônico oficial”.**

Logo, a sessão pública presencial do certame encontra fundamento tanto na Lei Federal 14.133/21 (art. 176, inc. II) quanto na Legislação Municipal (art. 67 e seguintes), e, portanto, plenamente justificada jurídica e legalmente.

A Concorrência será realizada em sessão pública, de forma presencial, mediante condições da mesma ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo - em todas as suas fases. Os trabalhos serão conduzidos por servidor (a) do Município de TAPAUÁ/AM, denominado Agente de Contratação, conforme o Decreto Municipal nº 019/2024.

**1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA OBRAS E SERVIÇOS DE CONTENÇÃO DE EROSÃO PARA INTERLIGAÇÃO DE VIAS DE ACESSO COM PAVIMENTAÇÃO NO MUNICÍPIO DE TAPAUÁ/AM**, na forma estabelecida no Estudo Técnico Preliminar – ETP, Projeto Básico e Memorial Descritivo.



**Estado do Amazonas**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPAUÁ**

**1.2. A Administração Pública Municipal favorecerá as empresas locais/regionais, concedendo tratamento diferenciado e simplificado,** objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, nos termos do art. 289, §1º do Decreto Municipal nº 019/2024, de 10 de abril de 2024.

1.2.1. Consideram-se regionais as cidades localizadas no rio Purus e adjacentes ao Município de TAPAUÁ/AM, com o intuito de facilitar a Gestão Municipal nas contratações públicas, planejamento urbano, entre outros propósitos;

1.3. A licitação será realizada na modalidade de Concorrência, de acordo com o disposto **no art. 28, inciso II; art.6, inciso XII, XXI, alínea “b”, e art. 29, caput, todos da Lei nº 14.133/2021**, considerando a oportunidade de maior concorrência e competitividade aos interessados, a fim de oportunizar, igualmente, maior vantajosidade e economicidade ao ente público.

1.4. O critério de julgamento adotado será o **menor preço Global**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

## **2. DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

2.1. O prazo de vigência contratual é de **300 (trezentos)** dias, a contar da data de sua assinatura com eficácia na publicação na imprensa oficial.

2.2. O prazo para execução dos serviços de engenharia é de **150 (cento e cinquenta)** dias corridos, a contar da assinatura do Termo de Execução de Serviços, admitida prorrogação.

2.3. Os serviços de engenharia contratados devem iniciar no prazo máximo de **10 (dez)** dias úteis, contado a partir da data de recebimento da Ordem de Serviços, sob pena de aplicação de sanções e penalidades em face da Contratada.

## **3. DO VALOR ESTIMADO E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

3.1. O valor total de referência para atender a execução do referido projeto é de **R\$ 4.966.906,59 (Quatro Milhões, Novecentos e Sessenta e Seis Mil, Novecentos e Seis Reais e Cinquenta e Nove Centavos)** o qual será integrado da seguinte forma:

3.2. DA **CONCEDENTE** – UGPE: Mediante o repasse da quantia de R\$ 4.942.072,06 (quatro milhões, novecentos e sessenta e seis mil, novecentos e seis reais e quarenta e cinco centavos);

3.3. DA **PROPONENTE** – Município de Tapaúá: Mediante o repasse da quantia de R\$ 24.834,53 (vinte e quatro mil, oitocentos e trinta e quatro reais e cinquenta e três centavos).

3.4. As despesas para atender a esta licitação ocorrerão à conta da seguinte dotação:

**Contrapartida: R\$ 24.834,53**

**Gestão/Unidade:** 10 – Secretaria Munic. de Obras Habitação E Urbanismo

**Proj./Atividade:** 1.009 - Construção e/ou Recuperação Asfáltica e em Concreto de Ruas e Avenidas

**Fonte:** 500 – Recursos Ordinários

**Elemento de Despesa:** 4.4.90.51 – Obras e Instalações

**Termo de Convênio nº 009/2024 – UGPE: R\$ 4.942.072,06**

**UG: 043102; PT: 15.451.330015650004; ND: 44404257; Fonte: 1.754.271.2.7048.00000, NE nº 2024NE000301**

**Gestão/Unidade:** 10 – Secretaria Munic. de Obras Habitação E Urbanismo

**Proj./Atividade:** 1.009 - Construção e/ou Recuperação Asfáltica e em Concreto de Ruas e Avenidas

**Fonte:** 701 – Outras Transferências de Estado

**Elemento de Despesa:** 4.4.90.51 – Obras e Instalações

3.5. Não serão aceitas propostas com valor superior ao preço máximo admitido para a licitação.

3.6. O BDI Referencial utilizado para estabelecer o preço máximo é dado **conforme Anexo III - (BDI Referencial)**.

3.7. Caso o licitante não apresente a composição do BDI, considerar-se-á que adotou o BDI Referencial **constante no Anexo III** deste Edital.

## **4. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

4.1. O critério de julgamento adotado será do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, considerando o menor dispêndio para a Administração, nos termos do art. 34, § 2º da Lei Federal nº 14.133/2021,



**Estado do Amazonas**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPAUÁ**

e observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

**5. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES DE PROPOSTA DE PREÇOS**

5.1. A apresentação das Propostas será na data, no horário e no local indicado no preâmbulo deste edital, sob a condição de 02 (dois) envelopes não transparentes, lacrados e separados, identificados como “PROPOSTA DE PREÇOS”, em 01 (uma) via, preferencialmente, e como “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO”, em 01 (uma) via, conforme abaixo:

ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA DE PREÇOS	ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
<b>PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPAUÁ</b> <b>CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº</b> <b>001/2024 – PMT</b> Data e Hora da Abertura Razão Social e CNPJ Endereço Completo da Licitante Número para Contato <b>- Uma Via -</b>	<b>PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPAUÁ</b> <b>CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº</b> <b>001/2024 – PMT</b> Data e Hora da Abertura Razão Social e CNPJ Endereço Completo da Licitante Número para Contato <b>- Uma Via -</b>

5.2. Na apresentação da **proposta de preços** deverão ser obedecidas as seguintes regras:

- A Proposta de Preços deverá ser digitada em papel timbrado da empresa, sem cotações alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas.
- A Proposta de Preços deverá também ser entregue em Mídia Física, por meio de Pen-Drive;
- A Proposta de Preços deverá estar assinada por pessoa legalmente habilitada para tal.
- Caso a proposta tenha sido assinada por outro representante da licitante, diferente daquele credenciado, o representante credenciado deve apresentar a comprovação dos poderes do signatário da proposta.
- A Proposta de Preços das licitantes deverá estar de acordo com o modelo constante no **Anexo IX (Modelo de Proposta de Preços)**, contendo, inclusive, todas as informações nele solicitadas, sob pena de desclassificação, salvo se as divergências ou falhas existentes puderem ser sanadas durante a própria sessão, a critério do agente de contratação e desde que isso não altere substancialmente a proposta anteriormente formulada.
- Deverão constar a indicação do preço unitário e preço total do item, expresso em moeda corrente nacional, em algarismos, prevalecendo o preço unitário em caso de divergência, devendo ser computado neste valor todos os tributos, tarifas e despesas de qualquer natureza incidentes sob o objeto a ser contratado.

5.3. Quaisquer tributos, custos e despesas eventualmente omitidos na proposta ou incorretamente cotados, serão considerados inclusos nos preços, sendo vedado alegar tal omissão em momento posterior à apresentação da proposta como justificativa para se eximir das obrigações assumidas e para reivindicar alteração no preço do objeto desta Concorrência.

5.3.1. Quando da elaboração das propostas de preços, deverá ser observado minuciosamente as especificações constantes no **Anexo I (Projeto Básico)**, **não sendo aceita oferta com especificações que não se enquadrem nas indicadas no Projeto Básico, sob pena de desclassificação.**

5.3.2. A proposta deverá ter validade mínima de **90 (noventa) dias**, contados da data da sua apresentação.

5.3.2.1. Se, por falha do proponente a proposta não indicar o prazo de sua validade, esta será considerada válida por **90 (noventa) dias**, a contar da data da abertura da sessão pública, independentemente de qualquer outra manifestação.

5.3.2.2. As empresas licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade dos documentos e propostas de preços apresentados durante a sessão de abertura, e das informações prestadas em qualquer época ou fase da licitação.



**Estado do Amazonas**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPAUÁ**

5.3.2.3. Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, de depreciações, de mão de obra, encargos previdenciários, sociais, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução da obra.

5.4. Dispõe de todos os elementos e informações necessários à elaboração da proposta de preço, com total conhecimento do objeto da licitação, das condições de habilitação e cumprimento das obrigações contidas no Edital e seus anexos;

5.5. A proposta de preço compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

5.6. As licitantes no momento de apresentação das propostas deverão apresentar a comprovação do recolhimento de quantia a título de “**Garantia de Proposta**”, no valor correspondente a 1% (um por cento) sobre o valor global do preço orçado pela administração como requisito de pré-habilitação em envelope separado, em uma das seguintes modalidades:

5.6.1. **Caução em Dinheiro** – a licitante deverá depositar em conta corrente específica, qual seja, Agência: 5045, Conta Corrente: 103-7 – Banco Bradesco S/A. Neste caso, a licitante deverá informar ao operador de Caixa que o depósito é do tipo identificado, bem como informar o número de seu CPF ou CNPJ para que seja incluído no identificador do tipo 1 e o nome ou a razão social para que seja incluído no identificador do tipo 3. Após, deverá informar o valor, o número da agência e o número da conta corrente favorecida do depósito. Dessa forma, a SEMFA fará o devido controle para futura devolução ao fornecedor.

5.6.2. **Fiança Bancária** - neste caso, a garantia somente será aceita com a entrega do original, não sendo aceita cópia autenticada por Cartório ou pela Central de Compras, Serviços e Contratos.

5.6.3. **Seguro-Garantia** - que deverá atender aos Anexos I e II da CIRCULAR SUSEPN. 232, de 3 de junho de 2003 (também neste caso, a garantia somente será aceita com a entrega do original, não sendo aceita cópia autenticada por Cartório ou pela Central de Compras, Serviços e Contratos).

5.6.4. **Títulos da Dívida Pública** - devem estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

5.6.5. **As licitantes que deixarem de prestar Garantia de Proposta ou que prestarem em desacordo com as condições estabelecidas neste Edital serão inabilitadas.**

5.7. Nos casos das alíneas fiança bancária e seguro-garantia elencados acima, os documentos devem, sob pena de inabilitação, possuir prazo de validade de 90 (noventa) dias consecutivos, contados até 02 (dois) dias anteriores a data de abertura do certame;

5.8. A Garantia de Proposta será liberada, para as licitantes inabilitadas, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, depois de esgotada a fase administrativa da habilitação ou após a adjudicação para as demais, exceto para a(s) vencedora(s) da licitação, quando será liberado no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do contrato.

5.8.1. Nos termos do art. 90, § 5º da Lei 14.133/2021, caso a(s) Licitante(s) vencedora(s) deixe(m) ou se recuse(m) a assinar o Contrato de acordo com as condições constantes deste Edital e de sua proposta, sem que apresente justificativa aceitável ou cometa qualquer ilícito contra a realização do certame, perderá a garantia de manutenção da proposta em favor da Prefeitura de Tapaúá.

## **6. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO CONCEDIDO ÀS EMPRESAS LOCAIS/REGIONAIS**

6.1. As condições de direito de preferência, respeitará, conforme se estatui o art. 289 e seguintes parágrafos e incisos, do Decreto Municipal nº 019/2024, de 10 de abril de 2024, pois nos processos de licitações públicas do município de TAPAUÁ para aquisição de bens, serviços e obras, a Administração poderá conceder tratamento favorecido, diferenciado, simplificado e regionalizado





**Estado do Amazonas**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPAUÁ**

para as empresas que participarem do certame, e se tornarem vencedoras, objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional.

6.2. Para os efeitos do disposto no item anterior, considera-se:

6.2.1. Local ou Municipal: o limite geográfico do município

6.2.2. Regional: uma das alternativas a seguir descritas, de conformidade como que dispuser o instrumento convocatório:

6.2.2.1. Para conhecimento, consideram-se regionais as cidades localizadas no Rio Purus e adjacentes ao Município de TAPAUÁ para facilitar a gestão municipal nas contratações públicas, planejamento urbano, entre outros propósitos, objetivando:

- a) A promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional;
- b) Ampliação da eficiência das políticas públicas;
- c) O incentivo à inovação tecnológica;
- d) O fomento do desenvolvimento local, através do apoio aos arranjos produtivos locais e associativismo; e
- e) Estimular o uso do poder de compra do Município, articulando diversos fatores e agentes, em uma ação integrada e abrangente, promovendo assim o desenvolvimento do Município de TAPAUÁ e Região.

6.3. O certame atendido por este Decreto deverá especificar a condição de tratamento favorecido, diferenciado, simplificado e regionalizado no respectivo Edital, sem prejuízo às demais normas vigentes de favorecimentos no Município de TAPAUÁ-AM, bem como deverá constar a devida justificada no procedimento.

6.3.1. As empresas locais/regionais, assim qualificadas nos termos do § 2º do art. 289 do Decreto Nº 019/2024, poderão participar desta licitação usufruindo do tratamento favorecido, diferenciado, simplificado e regionalizado estabelecidos nos termos § 4º do art. 289 do Decreto Municipal nº 019/2024, de 10 de abril de 2024.

6.3.2. Caso as empresas locais/regionais, tenha a intenção de usufruindo do tratamento favorecido, diferenciado, simplificado e regionalizado, deverá apresentar a declaração de tratamento diferenciado, **conforme Anexo XVI – (Declaração de tratamento diferenciado para empresas locais)** deste edital, no momento da entrega do credenciamento, da proposta de preço e/ou documentos de habilitação.

6.3.3. Caso a(s) licitante(s) declarada(s) como empresa local/regional, ao final da etapa competitiva de lances verbais e negociações, o preço negociado estiver no limite de 10 % (dez por cento) superior à proposta mais bem classificada de uma empresa não local/regional, a pedido do(a) licitante, o agente de contratação poderá, notificar a empresa local/regional para que apresente nova proposta inferior ao de sua concorrente.

6.3.4. Esse mecanismo de "cobertura de lance" é um incentivo adicional para que empresas locais se tornem mais competitivas e possam ter maior chances de vitória no certame, promovendo o desenvolvimento econômico da região.

## **7. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS**

7.1. A classificação das propostas dar-se-á conforme preceitua o Decreto Municipal nº 019/2024, de 10 de abril de 2024 e o artigo 59 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

7.2. O condutor do certame julgará, inicialmente, as propostas de preços das licitantes, verificando seus envelopes, com base nos requisitos definidos no edital.

7.3. O Agente de Contratação, verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que:

- a) Contiverem vícios insanáveis;
- b) Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- c) Apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima de 10% do valor, do Orçamento Estimado pela Administração;
- d) Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;



**Estado do Amazonas**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPAUÁ**

e) Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

f) Somente participarão da etapa de formulação de lances as propostas de preços que forem classificadas;

7.4. O Agente de Contratação poderá promover diligência para:

I. Complementar ou esclarecer os termos dispostos na proposta de preço da licitante, vedada a inclusão de nova proposta e novos documentos; e

II. Aferir a exequibilidade das propostas ou solicitar ao licitante que comprove que:

a) O custo da licitante não ultrapassa o valor ofertado na licitação; e

b) Inexistem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta

7.5. No caso de obras e serviços de engenharia e arquitetura, para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global a ser fixado no edital, conforme as especificidades do mercado correspondente.

**7.6. Serão considerados inexecuíveis:**

a) No caso de serviços contínuos, inclusive com predominância de mão de obra, obras e serviços de engenharia, a proposta de preços cujo valor for inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração;

b) No processo licitatório de obras e serviços de engenharia, o condutor do certame exigirá garantia adicional ao licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, de acordo com o § 5º do artigo 59 da Lei Federal nº 14.133, de 1.º de abril de 2021.

7.7. Nas licitações que visem à contratação de obras, serviços de engenharia ou serviços gerais que exijam mão de obra terceirizada, os licitantes deverão apresentar declaração de que sua proposta de preço compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação, ficando a cargo do órgão contratante a fiscalização do atendimento às normas trabalhistas.

## **8. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO**

8.1. Poderão participar desta Concorrência, as empresas comerciais registradas na Junta Comercial que tenham ramo de atividade compatível com o objeto licitado e que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação e requisitos mínimos de classificação das propostas, constantes deste Edital e seus Anexos.

8.2. O credenciamento de representante legal dar-se-á no início da sessão com a entrega dos documentos abaixo, **em separado** dos envelopes contendo a documentação de Habilitação e Proposta de Preços:

8.2.1. **Do termo de credenciamento**, conforme modelo do **Anexo XI** ou instrumento de procuração, pública ou particular.

8.2.1.1. **Juntamente ao termo ou ao instrumento de procuração, deverá ser apresentado o contrato ou estatuto social vigente da empresa, com a firma devidamente reconhecida em cartório competente.** No contrato deve figurar a identificação do sócio administrador (ou diretor) ou a cláusula de administração. O estatuto social deve vir acompanhado da ata de eleição do administrador.

8.2.1.2. **No caso de representação por sócio administrador ou diretor**, tal condição deverá ser demonstrada mediante a apresentação de documento de identificação, acompanhado do respectivo contrato ou estatuto social vigente nos mesmos termos da alínea anterior.

8.2.1.3. **No caso de representação por sócio que não possua poderes de administração**, o sócio deverá fazer-se representar por instrumento procuratório ou termo de credenciamento, nos termos das alíneas anteriores.



**Estado do Amazonas**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPAUÁ**

8.2.1.4. Quando da apresentação de contrato ou estatuto social de empresa ou requerimento de empresário, **deverão os documentos estar devidamente autenticados por servidor ou por cartório competente.**

8.2.2. **Da Declaração de cumprimento dos requisitos da proposta de preços e de habilitação,** conforme modelo do **Anexo XII**.

8.2.3. **Da Declaração de Elaboração Independente da Proposta,** conforme modelo do **Anexo XIII** deste Edital, em atendimento à Instrução Normativa nº 02, de 16/09/2009, oriunda do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e ao Anexo I da Portaria da Secretaria de Direito Econômico nº 51, de 03/07/2010 e à meta estabelecida pela Declaração de Brasília no 2º Encontro da Estratégia Nacional de Combate a Cartéis – ENACC.

8.2.4. **Da Declaração, obrigatória somente para a microempresa ou empresa de pequeno porte,** de que, sob as penas da lei, cumpre todos os requisitos da Lei Complementar nº 123/2006, inclusive quanto à qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, estando apta a usufruir o tratamento diferenciado, e, que não se enquadra em nenhuma das vedações previstas no §4º do artigo 3º do mesmo dispositivo (**Anexo VIII – Modelo de Declaração de Qualificação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte**).

8.2.4.1. A falsidade de Declaração prestada, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, caracterizará o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções previstas neste Edital.

8.2.5. **Da cópia do documento oficial de identidade do representante legal da empresa, só será aceita se devidamente autenticada em Cartório ou por membro da Central de Compras, Serviços e Contratos dentro dos prazos estabelecidos.**

8.3. **Ficam as empresas cientes de que somente participarão da fase de lances verbais aquelas que se encontrarem devidamente credenciadas nos termos do item 8.2.1 a 8.2.5, de modo que o não credenciamento de representante legal na sessão pública ou a incorreção dos documentos de identificação apresentados não inabilitará a licitante, mas fará com que somente participem do certame com o preço constante no envelope da proposta, desde que, assinada por pessoa legalmente habilitada, uma vez que inviabilizará a formulação de lances verbais e implicará no prejuízo à manifestação de intenção de recorrer por parte do interessado, bem como de quaisquer atos relativos a presente licitação para os quais seja exigida a presença de representante legal da empresa.**

8.4. Cada licitante credenciará apenas um representante legal que será o único admitido a intervir no procedimento licitatório e a responder, por todos os atos e efeitos previstos neste Edital, em nome da representada.

**8.5. Da participação na Concorrência:**

- a) Poderão participar desta Licitação os interessados que estiverem previamente credenciados;
- b) Será concedido tratamento favorecido para as microempresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o microempreendedor individual – MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- c) A Administração poderá conceder tratamento favorecido, diferenciado, simplificado e regionalizado para as empresas que participarem do certame, e se tornarem vencedoras, objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional.

**8.6. NÃO PODERÃO PARTICIPAR DESTA LICITAÇÃO OS INTERESSADOS:**

8.6.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, direta ou indiretamente, na forma da legislação vigente;

8.6.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu (s) anexo (s);

8.6.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

8.6.4. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.6.5. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.6.6. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;





**Estado do Amazonas**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPAUÁ**

8.6.7. Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

**8.7. COMO CONDIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO (MICROEMPRESAS E PEQUENO PORTE, RELATIVO AS SEGUINTE DECLARAÇÕES:**

8.8. As microempresas e empresas de pequeno porte, assim qualificadas nos termos da Lei Complementar nº 123/06, poderão participar desta licitação usufruindo dos benefícios estabelecidos nos artigos 42 a 49 da referida Lei Complementar e o Decreto Municipal nº 019/2024, de 10 de abril de 2024.

8.9. Como requisito para a participação na Concorrência, a licitante deverá declarar, mediante apresentação de declaração, que está ciente e concorda com as condições do edital e anexos, conforme **anexo XVII**.

8.9.1. No ato do credenciamento, no que se trata às microempresas e empresas de pequeno porte, caso o licitante cumpra os critérios estabelecidos na Lei Complementar Federal nº 123/2006, e no artigo 4º, § 2º, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e tenha a intenção de usufruir do benefício legal, deverá apresentar declaração, nos termos definidos no edital;

8.9.2. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

8.9.2.1. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão apresentar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

8.9.3. As microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente gozam de prioridade de contratação, nos termos do § 3º do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, benefício que se estabelece em face das peculiaridades locais e regionais, com vistas a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional.

8.9.4. Entende-se por empresas sediadas localmente aquelas que estejam localizadas no Município de TAPAUÁ/AM ou demais municípios localizados no rio Purus e situados no estado do Amazonas.

8.9.5. Que conhece todas as regras do edital, bem como todos os requisitos de habilitação, e que a proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório;

8.9.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

## **9. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

9.1. Na licitação, contratação direta ou procedimento auxiliar, a habilitação do licitante ou contratado limitar-se-á a documentos necessários e suficientes que comprovem a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação previstos na forma da lei e elencados no edital ou no ato de convocação dos procedimentos auxiliares, nos termos do Decreto Municipal nº 019/2024, de 10 de abril de 2024 e artigos 62 a 70 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

9.2. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor, exceto quando:

a) A fase de habilitação anteceder a de julgamento da proposta, desde que previsto no edital de licitação; e

b) O objeto da licitação for prestação de serviço contínuo, com regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou contratação de execução de obras e serviços de engenharia, hipótese em que poderá o edital, com vistas a conferir celeridade, prever a convocação de mais de um licitante.

9.3. O Agente de Contratação, na análise dos documentos de habilitação, poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhe eficácia para fins de habilitação.

9.4. A habilitação dos licitantes será verificada por meio de consulta ao Cadastro Central de Fornecedores do município, se houver, nos documentos por ele abrangidos, sem prejuízo de consulta a outros registros cadastrais previstos no edital.

9.5. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Certificado de Registro Cadastral do município, deverão ser apresentados na forma estabelecida pelo edital.



**Estado do Amazonas**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPAUÁ**

9.6. A verificação dos documentos emitidos via internet, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissoras de certidões, constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.7. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

**I.** Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que, necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

**II.** Atualização de documentos, cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

**III.** Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo desse Edital e seus anexos, **o Agente de Contratação considerará o proponente inabilitado.**

9.8. Declaração que atende aos requisitos de habilitação (**anexo XII**) e que os documentos e declarações são fiéis e verdadeiros (**anexo XVIII**), respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

9.9. Declaração que não possui, em seu quadro pessoal, e nem utilizará, sob qualquer pretexto, empregados com idade inferior a 18 (dezoito) anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre; nem menores de 16 (dezesesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, na forma da lei conforme (**anexo XIV**);

9.10. Declaração que não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão executor ou com agente público, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (**anexo XIX**);

## **I. QUANTO À HABILITAÇÃO JURÍDICA**

9.11. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; acompanhado da certidão simplificada atualizada, devidamente autenticada, nos termos da Instrução Normativa nº 55, de 06 de março de 1996 na Junta Comercial, relativo ao domicílio ou sede da licitante.

9.12. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

9.13. No caso de sociedade empresária: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores, juntamente com a certidão simplificada atualizada;

9.14. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência;

9.15. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.16. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

9.17. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

9.18. O Certificado de Registro Cadastral – CRC, emitido pela Prefeitura de Tapauá, em validade;

9.19. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

## **II. DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**

9.20. A regularidade fiscal e trabalhista deverá ser verificada e emitida pelo Agente de Contratação, não sendo dispensado o envio deste pelo licitante vencedor.

9.21. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.



**Estado do Amazonas**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPAUÁ**

9.22. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, esta será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização.

9.23. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pela licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.24. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

**9.25. A regularidade fiscal será comprovada pelos seguintes documentos:**

9.25.1. A inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ ou no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF;

9.25.2. A inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.25.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.25.4. A regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.25.5. A regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

9.25.6. A prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.25.7. O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (**anexo XIV**);

9.26. As certidões e certificados deverão ter validade na data da abertura da sessão pública desta Concorrência presencial, com a ressalva do disposto no art. 43, §1º da Lei Complementar nº 123/2006, com as alterações trazidas pela Lei Complementar 147/2014 e LC 155/2016;

9.26.1. A aceitação de certidões emitidas via internet, em caso de dúvida quanto sua autenticidade, poderá ficar sujeita à confirmação de sua validade mediante simples consulta “**online**” ao cadastro emissor respectivo pelo Agente de Contratação, devendo emití-las e juntá-las aos autos;

### **III. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

9.27. Os documentos de qualificação econômico-financeira serão exigidos conforme dispõem o § 1.º do artigo 65 e o artigo 69 da Lei Federal nº 14.133, de 1.º de abril de 2021 e art. 116 do Decreto Municipal nº 019/2024, de 10 de abril de 2024.

9.28. Fazer prova de possuir capital mínimo ou de patrimônio líquido equivalente a até 10% (dez por cento) do valor ofertado pelo licitante, ou outros percentuais, conforme o objeto a ser licitado, conforme parágrafo único do art. 116, do Decreto Municipal nº 019/2024, de 10 de abril de 2024.

9.29. Certidão Negativa de Falência, de Concordata, de Recuperação Judicial ou Extrajudicial (Lei nº 11.101, de 9.2.2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão;

9.30. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis conforme artigo 69, inciso I da Lei Federal 14.133/21, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

9.31. A licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo simples nacional poderá substituir o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis pelo Extrato do



**Estado do Amazonas**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPAUÁ**

Simples Nacional do mês de apuração antecessor ao mês anterior da data de abertura do certame (mês de abertura do certame – 2 meses);

9.32. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, o balanço patrimonial e os demonstrativos contábeis serão substituídos pelo balanço de abertura;

9.33. Caso o licitante seja cooperativo, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

9.34. Os índices de liquidez e solvência geral, cujos resultados deverão ser maiores ou iguais a 1 (um).

9.34.1. **Serão inabilitados os licitantes que apresentarem ILG ou ILS menor do que 1, e não comprovarem possuir valor de patrimônio líquido até 10% (dez por cento) do valor de sua proposta de preço, cuja verificação poderá ser feita pelo(a) Agente de Contratação ou Servidor de Contabilidade, com base no balanço patrimonial dos 2 (dois) últimos exercícios.**

#### **IV. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

9.35. Apresentar registro ou inscrição da empresa licitante, junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA (se o responsável for Engenheiro) ou junto ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, (se o responsável for Arquiteto) que comprove atividade relacionada com o objeto, em plena validade.

9.36. As empresas não sediadas no Estado do Amazonas, deverão apresentar, na certidão expedida pelo CREA ou pelo CAU, do seu Estado de origem, devidamente vistados pelos respectivos Conselhos do Estado do Amazonas, dentro do prazo de validade, nos termos do que disciplina a Resolução CONFEA nº 413/97.

9.37. Apresentar comprovação do licitante de possuir, na data prevista para entrega da proposta, em seu quadro permanente ou como prestador de serviços, profissional de nível superior em ENGENHARIA ou ARQUITETURA, reconhecido(s) pelo CREA ou CAU, detentor (es) de Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica (ART's) e da(s) respectivas Certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT's), devidamente registrado(s) no CREA ou CAU da região onde os serviços foram executados.

9.38. A comprovação desse vínculo, entre o profissional e a empresa, deverá ser feita através de: Certidão de Registro e Quitação Pessoa Física e Certidão de Registro e Quitação Pessoa Física, emitida pelo CREA ou no CAU, com atribuições compatíveis com o objeto da licitação.

9.39. No caso de dois ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional, como comprovação de qualificação técnica, ambos serão inabilitados.

9.40. Os profissionais indicados para fim de comprovação técnico- profissional, deverão participar, em regime de dedicação exclusiva, da execução do objeto de licitação.

9.41. A Licitante deverá comprovar (através de Atestado de Capacidade Técnica, ter fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA e acompanhadas pelas respectivas Certidões de Acervo Técnico - CAT), sua Capacidade Técnico-Profissional em execução de serviços compatível com o objeto desta licitação. **Acompanhado de comprovação de que o atestado emitido decorra de contrato conhecido pelo Conselho de Classe ou que tenha servido em processo administrativo autuado para o fim de se expedir Certidão de Acervo Técnico (CAT) está em nome do profissional que tenha figurado como responsável técnico da obra ou serviço de engenharia;** devidamente registrados no CREA ou CAU, comprovando a execução de serviço(s) de características semelhantes a esta licitação.

9.42. A qualificação técnica será verificada pela compatibilidade do objeto social do licitante com o objeto deste edital;

9.43. O(s) Atestado(s) deverá(o) ser fornecido(s) por pessoa de direito público ou privado, em papel timbrado do emitente, comprovando anterior fornecimento dos serviços ao objeto deste Edital, e seus anexos. O(s) atestados deverão ser assinados de forma digital ou eletrônica válida (gov.br ou cartorária, ou ainda por certificado digital);

9.44. O(s) Atestado(s) deverá(ão) comprovar a aptidão para o desempenho de atividades pertinentes e compatíveis em características, prazos e quantidades com o objeto da licitação (Art.





**Estado do Amazonas**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPAUÁ**

67 da Lei Federal nº 14.133/2021, com o objetivo de zelar pela garantia de qualidade dos serviços a serem contratados;

9.45. Com a finalidade de tornar objetivo o julgamento da documentação de qualificação técnica, considera (m)-se compatível(eis) o(s) atestado(s) que expressamente certifique(m) que o licitante já executou pelo menos 30% (trinta por cento) das quantidades descritas na proposta de preços apresentada nesta licitação e ainda a informação da equipe técnica mínima em seu quadro de responsáveis e dos itens de maiores relevâncias indicados no quadro abaixo para a execução dos serviços objeto da contratação;

9.46. Equipe Técnica – Indicação que dispõe no mínimo, os seguintes profissionais no seu quadro técnicos;

Item	Profissional	Unidade	Quantidade
01	Engenheiro Civil	Und.	1,00
02	Engenheiro Ambiental	Und.	1,00

9.47. E no quadro de pessoal permanente no ato da assinatura do contrato, a empresa contratada deverá comprovar que dispõe no seu quadro de pessoal permanente os profissionais abaixo relacionados para a execução dos serviços objeto da contratação;

Item	Profissional	Unidade	Quantidade
01	Encarregado especializado	Und.	1,00
02	Auxiliar Administrativo	Und.	1,00

9.48. Apresentar Comprovação da **capacitação técnico-profissional ou operacional**, mediante a apresentação de **Certidão de Acervo Técnico-CAT**, expedida junto ao CREA/CAU, nos termos da legislação aplicável, **em nome do profissional técnico ou da licitante**, que demonstre possuir Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, por execução de obras/serviços de características semelhantes ou similar ao objeto desta licitação, compatíveis em características, que correspondam, no mínimo os percentuais das parcelas de relevância, conforme o quadro abaixo, e projeto básico.

9.49. Itens de maiores relevâncias e quantidades a serem exigidas, conforme item 9.51;

<b>COMPROVAÇÃO DE CAPACITAÇÃO TÉCNICA DA LICITANTE – PARCELAS DE MAIOR RELEVÂNCIA</b>			
Item	Discriminação	Unidade	Quantitativo a ser comprovado
01	GABIAO TIPO CAIXA PARA SOLO REFORCADO, MALHA HEXAGONAL 8 X 10 CM (ZN/AL REVESTIDO COM POLIMERO), FIO 2,7 MM, DIMENSOES 2,0 X 1,0 X 0,5 M, COM CAUDA DE 4,0 M	M3	137,85
02	Corpo de BDCC 2,00 x 2,00 m - moldado no local - altura do aterro 5,00 a 7,50 m - areia e brita comerciais	M	26,40
03	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA EM REVESTIMENTO PRIMÁRIO (UNIDADE: TXKM). AF_07/2020	TXKM	88.352,33
04	Transporte fluvial de máquinas, equipamentos, veículos e insumos - Manaus / Tapauá, balsa fretada com capacidade de 2.000 t e empurrador de 600HP	UN	0,30

9.50. Apresentar Declaração de Vistoria Técnica, devidamente preenchida e acompanhada da certidão de visita técnica, declarando ter a licitante tomado conhecimento do local e das condições para a execução dos serviços objeto desta licitação **(Anexo XV)**.

9.50.1. Empresa licitante deverá indicar um profissional, devidamente habilitado, que deverá comparecer a Secretaria Municipal de Infraestrutura, até 02 (dois) dias útil anterior à data de abertura da licitação, impreterivelmente, no horário das 08:00 às 12:00 horas, para efetuar a visita técnica, onde tomará conhecimento das condições locais da realização do serviço, para a elaboração de sua Proposta de Preços, devendo constar no envelope 1- Da Habilitação

9.50.2. Todas as condições dos locais deverão, então, ser adequadamente observadas, devendo ainda ser pesquisados e levantados todos os elementos, quantitativos e demais dados que possam ter influência no desenvolvimento dos trabalhos, de modo que não serão



**Estado do Amazonas**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPAUÁ**

atendidas solicitações durante os serviços sob o argumento de falta de conhecimento das condições de trabalho, instalações existentes ou de dados do projeto.

9.50.3. A visita aos locais dos serviços feita pelo responsável da licitante, deverá ser solicitada através de requerimento, junto à Secretaria Municipal de Infraestrutura.

9.50.4. No requerimento supracitado deverão constar os dados da empresa, o nome do responsável pela vistoria, a indicação do número do edital e o seu respectivo objeto.

9.50.5. Ao final da vistoria técnica, a Secretaria Municipal de Infraestrutura, irá emitir uma **certidão de visita técnica**, comprovando a realização da vistoria por parte do licitante.

9.50.6. Caso a Empresa Licitante opte por não fazer a Visita Técnica ao local das obras objeto da licitação, deverá apresentar Declaração de abstenção de vistoria, devidamente autenticada em cartório (**anexo XX**).

9.51. A Prefeitura Municipal de TAPAUÁ se reserva no direito de realizar diligências para comprovar a veracidade dos atestados, podendo requisitar cópias das notas fiscais e outros documentos comprobatórios do conteúdo declarado;

9.52. A ausência de apresentação de atestado claro, legível e idôneo, em conformidade com este Edital, **motivo de inabilitação**, tendo em vista as características do objeto.

## **10. DAS FASES DA SESSÃO PÚBLICA**

10.1. As sessões públicas obedecerão aos ditames do Decreto Municipal nº 019/2024, de 10 de abril de 2024 e que cumpram as condições e seguintes requisitos dos itens 10.2 ao 10.2.5:

10.2. A abertura da presente licitação dar – se –á em sessão pública, de forma presencial, e ocorrerá no dia, na hora e local designados neste Edital e divulgados na forma da Lei;

10.2.1. Quando não houver expediente ou ocorrer qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a nova sessão será publicada na forma da Lei;

10.2.2. Quando todos os atos não puderem ser concluídos em uma única sessão, o condutor do certame designado pela autoridade máxima da CCSC, definirá na sessão pública o dia e hora para a retomada do certame e, na impossibilidade de seu cumprimento, a nova sessão será divulgada na forma da Lei;

10.2.3. Aberta a sessão, a licitante ou seu representante legal deverá apresentar documento que o credencie, nos termos definidos no edital, para atuar em todas as fases da licitação;

10.2.4. **As licitantes que não se fizerem representar ou cujos representantes não portarem documentos que os credenciem e os identifiquem não poderão rubricar documentos e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome do representado/outorgante.**

10.2.5. Uma vez entregues os credenciamentos e identificadas todos os licitantes presentes, não será permitida a participação de retardatários;

## **11. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

11.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

11.2. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

11.3. Quando houver erro na aceitação dos preços apresentados ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

11.4. Todos os licitantes, uma vez entregues os credenciamentos e identificados deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

11.5. A convocação se dará por meio do e-mail – [agentedeconstratacao.tapaua@gmail.com](mailto:agentedeconstratacao.tapaua@gmail.com), ou de acordo com a fase do procedimento licitatório.

11.6. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos nos envelopes de proposta e habilitação, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

## **12. DO TERMO DE CONTRATO**



**Estado do Amazonas**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPAUÁ**

12.1. Os contratos administrativos decorrentes da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, deverão ser formalizados com observância às normas gerais e às dispostas no Decreto Municipal nº 019/2024, de 10 de abril de 2024, bem como aos preceitos de direito público, e a eles serão aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

12.2. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato;

12.3. Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Estadual de Pessoas Físicas e Jurídicas Punidas, Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), e, se for o caso, emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

12.4. A administração não poderá prorrogar o contrato quando a contratada tiver sido apenada com as sanções de declaração de inidoneidade com qualquer ente federativo ou impedimento de licitar e contratar com o Município de TAPAUÁ/AM, e não mantiver todas as condições de habilitação.

12.5. O licitante vencedor terá o prazo de 05 (CINCO) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

12.6. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da licitante declarada vencedora, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (CINCO) dias, a contar da data de seu recebimento.

12.7. Na hipótese de irregularidade, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

12.8. A duração dos contratos será nos moldes previstos no edital do processo licitatório, auxiliar ou contratação direta, observada as disposições dos artigos 106 a 114 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e Decreto Municipal nº 019/2024.

### **13. DA GARANTIA CONTRATUAL**

13.1. A licitante vencedora prestará Garantia ao Contrato em valor correspondente a 5% (**cinco por cento**) do valor daquele instrumento, que lhe será liberada ou restituída após fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração, mediante solicitação por escrito, descontado, se for o caso, o valor das multas porventura aplicadas e ainda não pagas pela empresa licitante vencedora.

13.2. Caberá a licitante vencedora optar pelas modalidades de garantia previstas no § 1º do art. 96 da Lei nº 14.133/2021:

13.3. A garantia, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

### **14. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

14.1. O acompanhamento e fiscalização dos contratos observará as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e com observância disposta ao Decreto Municipal nº 019/2024, de 10 de abril de 2024;

14.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição, conforme estabelece o artigo 117 da Lei Federal nº 14.133/2021.

14.3. Os gestores de contrato e fiscais dos contratos serão indicados no momento da assinatura do contrato, por meio de Portaria expedida pelo órgão executor contratante, para controlar, acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais;

14.4. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da



**Estado do Amazonas**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPAUÁ**

Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.5. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

## **15. DOS CRITÉRIOS MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

15.1. O órgão executor observará as exigências previstas no Capítulo X da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e as dispostas no Decreto Municipal nº 019/2024, de 10 de abril de 2024.

15.2. Os pagamentos serão realizados conforme evolução da obra, e apresentação dos boletins de medições feitas pelo profissional de Engenharia da Prefeitura Municipal de TAPAUÁ/AM, em conjunto com a medição deverá ser apresentado os seguintes documentos:

- a) Termo de Vistoria emitido pela Fiscalização
- b) Relatório Fotográfico.
- c) Todas as Certidões de Regularidade Fiscal da Contratada.

15.3. Para o pagamento, a CONTRATADA deverá, além dos documentos enumerados no item 15.2, e seus subitens, apresentar cópia das Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) de execução da obra.

15.4. As medições deverão observar os preços unitários constantes na Planilha Orçamentária que a licitante apresentou no momento da licitação, a ser considerado o avanço físico real dos serviços e o Cronograma, apresentado pelo Contratado, aprovado pela Prefeitura Municipal de TAPAUÁ/AM.

15.5. O setor de engenharia da Prefeitura Municipal de TAPAUÁ/AM, responsável pela fiscalização verificará o exato cumprimento das obrigações da Contratada no período de medição, quanto à quantidade, à qualidade e ao prazo previsto para a execução.

15.6. O Engenheiro da Prefeitura Municipal de TAPAUÁ-AM, responsável pela fiscalização deverá analisar, aprovando ou rejeitando as Medições, no prazo máximo de até 10 (dez) dias, a contar da data de sua apresentação pela Contratada.

15.7. Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado, a critério da contratante.

15.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

## **16. DO REAJUSTAMENTO**

16.1. Os preços contratuais do objeto licitado poderão ser reajustados, em reais, de acordo com o inciso LVIII do art. 6º da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e com a Lei Federal nº 10.192, de 2001.

16.2. A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços pode ser registrada pela celebração de termo aditivo.

16.3. Em nenhuma hipótese será concedido o reajuste de preços sobre itens já executados pelo Contratado.

16.4. Ocorrendo atraso na execução dos serviços atribuíveis ao contratado, não será concedido o reajustamento de preços, salvo o correspondente ao respectivo período de execução previsto no cronograma físico-financeiro, sem prejuízo da aplicação das penalidades pertinentes ao atraso.

## **17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

17.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

17.2. Assegurar a execução do objeto deste Edital, a proteção e a conservação dos serviços executados bem como, respeitar rigorosamente as recomendações da ABNT;





**Estado do Amazonas**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPAUÁ**

- 17.3. Notificar a fiscalização, no mínimo, com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, da concretagem dos elementos armados da estrutura, da remoção de qualquer forma de concreto e, quando for o caso, do início dos testes de operação das instalações elétricas e hidráulicas;
- 17.4. Manter, em todos os locais de serviços, um seguro sistema de sinalização e segurança, principalmente em vias públicas, de acordo com as normas de segurança do trabalho;
- 17.5. Dar ciência à fiscalização da ocorrência de qualquer fato ou condição que possa atrasar ou impedir a conclusão do objeto deste Contrato;
- 17.6. Manter no local da execução do objeto deste Contrato, devidamente atualizado, Livro Diário de Ocorrência;
- 17.7. Não manter em seu quadro de pessoal menores em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não manter, ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
- 17.8. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, especialmente a reserva de cargos prevista em lei;
- 17.9. Fornecer em tempo hábil os materiais, veículos, máquinas e equipamentos;
- 17.10. Examinar completamente os projetos, as peças gráficas, as especificações técnicas, memoriais e todos os documentos, obtendo todas as informações necessárias sobre qualquer ponto duvidoso do objeto, se responsabilizando inteiramente pela apresentação da planilha de serviços para uma proposta de preços completa e satisfatória;
- 17.11. Respeitar rigorosamente as normas estabelecidas nas especificações técnicas que integram o Edital, bem como garantir a qualidade de todos os materiais e serviços executados, em conformidade com as normas e especificações do DNIT;
- 17.12. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

## **18. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

- 18.1. São obrigações do Contratante:
- 18.2. Fornecer todos os documentos e informações necessárias para a total e completa execução do objeto da presente licitação;
- 18.3. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, na forma estabelecida neste Edital;
- 18.4. Garantir à CONTRATADA o acesso à documentação técnica necessária para a execução do objeto da presente licitação;
- 18.5. Garantir à CONTRATADA o acesso às suas instalações; desde que devidamente identificados, aos locais onde será executado o objeto deste instrumento convocatório.
- 18.6. Comunicar ao contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;
- 18.7. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;
- 18.8. Proceder a mais ampla fiscalização sobre a fiel prestação de serviços desta licitação, notificando por escrito a empresa a ser contratada, toda e qualquer irregularidade constatada na execução dos serviços;

## **19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 19.1. Os procedimentos de responsabilização administrativa de pessoa física ou jurídica, que possa resultar na aplicação das sanções administrativas obedecerão aos ditames do Decreto Municipal nº 019/2024 e nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
- 19.2. Comete infração administrativa, o licitante/adjudicatário que:
- I. Dar causa à inexecução parcial do contrato;
  - II. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
  - III. Dar causa à inexecução total do contrato;



**Estado do Amazonas**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPAUÁ**

- IV. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação durante o certame;
- V. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

19.3. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

- I.** Advertência;
- II.** Multa;
- III.** Impedimento de licitar e contratar;
- IV.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

19.4. As sanções administrativas poderão ser majoradas em 25% (vinte e cinco por cento), para cada uma das seguintes circunstâncias agravantes:

- I. A prática da infração com violação de dever inerente a cargo, ofício ou profissão;
- II. O conluio entre licitantes ou contratados para a prática da infração;
- III. A apresentação de documento falso no curso do processo administrativo de apuração de responsabilidade;
- IV. A vantagem auferida com o ato praticado;
- V. A interrupção na prestação de serviço público ou fornecimento de bens ou paralisação de obra pública;
- VI. A reincidência

## **20. PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

20.1. Em observância as normas insculpidas na Lei Federal n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais-LGPD, ficam cientes os participantes deste certame que é permitida a Administração Pública, o tratamento e uso compartilhado de dados necessários à execução de políticas públicas previstas em leis e regulamentos ou respaldadas em contratos, convênios ou instrumentos congêneres ou correlatas ao objeto deste procedimento licitatório.

20.2. O tratamento de dados pessoais pelas pessoas jurídicas de direito público referidas no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), deverá ser realizado para o atendimento de sua finalidade pública, na persecução do interesse público, com o objetivo de executar as competências legais ou cumprir as atribuições legais do serviço público, desde que:

- a) Sejam informadas as hipóteses em que, no exercício de suas competências, realizam o tratamento de dados pessoais, fornecendo informações claras e atualizadas sobre a previsão legal, a finalidade, os procedimentos e as práticas utilizadas para a execução dessas atividades, em veículos de fácil acesso, preferencialmente, em seus sítios eletrônicos;
- b) Seja indicado um encarregado quando realizarem operações de tratamento de dados pessoais, nos termos do art. 39 da Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais-LGPD) (Redação dada pela Lei nº 13.853, de 2019);

20.3. As empresas públicas e as sociedades de economia mista que atuam em regime de concorrência, sujeitas ao disposto no art. 173 da Constituição Federal, terão o mesmo tratamento dispensado às pessoas jurídicas de direito privado particulares, nos termos desta Lei.



**Estado do Amazonas**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPAUÁ**

20.4. As empresas públicas e as sociedades de economia mista, quando estiverem operacionalizando políticas públicas e no âmbito da execução delas, terão o mesmo tratamento dispensado aos órgãos e às entidades do Poder Público.

20.5. Declarar expressamente que autoriza o MUNICÍPIO-CONTRATANTE a utilização dos dados pessoais de seus representantes legais nas publicações necessárias ao cumprimento da execução do objeto deste Contrato, pertinentes ao princípio constitucional da publicidade dos atos públicos.

## **21. DOS RECURSOS**

21.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

21.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

**21.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:**

- a) A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- b) Os recursos somente serão recebidos na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

21.4. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante, inclusive, em função do não credenciamento ou da falta de representante credenciado, importará na decadência do direito ao recurso em âmbito administrativo e consequente adjudicação do objeto da licitação à licitante vencedora.

21.5. O recurso tempestivamente interposto terá efeito suspensivo e deverá ser dirigido ao Agente de Contratação que poderá reconsiderar ou não sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

21.6. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

21.7. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

## **22. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

22.1. Em conformidade ao caput do artigo 60 e seus respectivos parágrafos do Decreto Municipal nº 019/2024, aos pedidos de esclarecimento e impugnação respeitará os seguintes preceitos:

22.2. Qualquer pessoa poderá, em até 3 (três) dias úteis inteiros antes da data de abertura do certame, impugnar os termos do edital ou solicitar esclarecimentos sobre os seus termos, na forma prevista no edital de licitação.

22.3. Caberá à CCSC divulgar resposta aos pedidos de esclarecimentos e impugnações ao edital no sítio eletrônico oficial, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame.

22.4. Os pedidos de esclarecimentos e impugnações que versarem sobre a especificação técnica ou qualificação técnica do objeto deverão ser encaminhados pela CCSC ao órgão executor para manifestação.

22.5. A CCSC desconsiderará os pedidos de esclarecimentos e impugnação aos termos do edital intempestivos, impertinentes, meramente protelatórios, de nenhum interesse para esclarecimentos dos fatos ou questionamentos que antecipem o julgamento da licitação.

22.6. Caberá a CCSC decidir pela suspensão ou não da abertura da sessão pública do procedimento licitatório, em razão de pedidos de esclarecimentos ou impugnações não respondidas pelo órgão executor, que possam alterar substancialmente a característica do objeto licitado ou as exigências de qualificação.

22.7. Os pedidos de esclarecimentos e/ou impugnações que alterarem substancialmente os termos do edital ou especificações do objeto implicarão no restabelecimento do prazo para nova data para a realização do certame.

22.8. A **impugnação deverá** ser realizada **exclusivamente** por **forma eletrônica** no e-mail: [agentedeconstratacao.tapaua@gmail.com](mailto:agentedeconstratacao.tapaua@gmail.com).



**Estado do Amazonas**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPAUÁ**

22.9. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

### **23. DAS CONDIÇÕES GERAIS**

23.1. A Autoridade Superior do Ente Público poderá revogar esta Concorrência por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.

23.2. No caso acima, nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentos relativos ao presente certame;

23.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de TAPAUÁ/AM.

23.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.5. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

23.6. O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

23.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.8. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

23.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

23.10. É facultado à autoridade superior, em qualquer fase desta Concorrência, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação;

23.11. Os casos omissos e as dúvidas surgidas serão resolvidos pelo Agente de Contratação, ouvidas, se for o caso, as Unidades competentes;

23.12. Fica desde logo eleito o Foro da Comarca da (cidade de TAPAUÁ - Amazonas) - para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes do presente certame ou de ajuste dele decorrente.

### **24. LISTA DE DOCUMENTOS ANEXOS:**

24.1. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

**ANEXO I – PROJETO BÁSICO;**

**ANEXO II – MEMORIAL DESCRITIVO;**

**ANEXO III – PLANILHA DO BDI REFERENCIAL;**

**ANEXO IV – PLANILHA DE SERVIÇOS;**

**ANEXO V – ART DE PROJETOS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO;**

**ANEXO VI – CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO;**

**ANEXO VII – ANÁLISE DE RISCO;**

**ANEXO VIII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE;**

**ANEXO IX – MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS;**

**ANEXO X – MINUTA DO CONTRATO;**

**ANEXO XI – TERMO DE CREDENCIAMENTO;**





**Estado do Amazonas**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPAUÁ**

---

**ANEXO XII** – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DA PROPOSTA DE PREÇOS E DE HABILITAÇÃO;

**ANEXO XIII** – DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DA PROPOSTA;

**ANEXO XIV** – DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA CF/88;

**ANEXO XV** – DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA;

**ANEXO XVI** – DECLARAÇÃO DE TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA EMPRESAS LOCAIS/REGIONAIS;

**ANEXO XVII** – DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DO EDITAL E ANEXOS.

**ANEXO XVIII** – DECLARAÇÃO DE VERACIDADE DOS DOCUMENTOS

**ANEXO XIX** – DECLARAÇÃO QUE NÃO MANTÉM VÍNCULO COM AGENTE PÚBLICO.

**ANEXO XX** – DECLARAÇÃO DE ABSTENÇÃO DE VISTORIA TÉCNICA.

TAPAUÁ/AM, 25 de outubro de 2024

**FRANCISCO PACHECO DE FREITAS**

secretário municipal de obras habitação e urbanismo



**Estado do Amazonas**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPAUÁ**

---

**ANEXO I**

PROJETO BÁSICO

DEVEM SER RETIRADOS EM MÍDIA (PEN DRIVE OU CD) ou IMPRESSO NA CCSC, OU AINDA PODERÃO SER ENVIADO POR E-MAIL OU OUTRO MEIO ELETRONICO FORNECIDO PELO(S) INTERESSADOS(AS)

---

**ANEXO II**

MEMORIAL DESCRITIVO

DEVEM SER RETIRADOS EM MÍDIA (PEN DRIVE OU CD) ou IMPRESSO NA CCSC, OU AINDA PODERÃO SER ENVIADO POR E-MAIL OU OUTRO MEIO ELETRONICO FORNECIDO PELO(S) INTERESSADOS(AS)

---

**ANEXO III**

PLANILHA DO BDI REFERENCIAL

SER RETIRADOS EM MÍDIA (PEN DRIVE OU CD) ou IMPRESSO NA CCSC, OU AINDA PODERÃO SER ENVIADO POR E-MAIL OU OUTRO MEIO ELETRONICO FORNECIDO PELO(S) INTERESSADOS(AS)

---

**ANEXO IV**

PLANILHA DE SERVIÇOS;

SER RETIRADOS EM MÍDIA (PEN DRIVE OU CD) ou IMPRESSO NA CCSC, OU AINDA PODERÃO SER ENVIADO POR E-MAIL OU OUTRO MEIO ELETRONICO FORNECIDO PELO(S) INTERESSADOS(AS)



**Estado do Amazonas**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPAUÁ**

---

**ANEXO V**

**ART DE PROJETOS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

**SER RETIRADOS EM MÍDIA (PEN DRIVE OU CD) ou IMPRESSO NA CCSC, OU AINDA PODERÃO SER ENVIADO POR E-MAIL OU OUTRO MEIO ELETRONICO FORNECIDO PELO(S) INTERESSADOS(AS)**

---

**ANEXO VI**

**CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO**

**SER RETIRADOS EM MÍDIA (PEN DRIVE OU CD) ou IMPRESSO NA CCSC, OU AINDA PODERÃO SER ENVIADO POR E-MAIL OU OUTRO MEIO ELETRONICO FORNECIDO PELO(S) INTERESSADOS(AS)**

---

**ANEXO VII**

**ANÁLISE DE RISCO;**

**SER RETIRADOS EM MÍDIA (PEN DRIVE OU CD) ou IMPRESSO NA CCSC, OU AINDA PODERÃO SER ENVIADO POR E-MAIL OU OUTRO MEIO ELETRONICO FORNECIDO PELO(S) INTERESSADOS(AS)**



**Estado do Amazonas**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPAUÁ**

---

**ANEXO VIII**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO DE MICROEMPRESA  
OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

Em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 123/06, alterada pela LC 147/15, que dispõe sobre o tratamento diferenciado concedido para as microempresas e empresas de pequeno porte, nas licitações de bens, serviços e obras no âmbito da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, a empresa....., inscrita no CNPJ sob o nº..... ..., legalmente representada por seu (qualificação do sócio), Sr. \_\_\_\_\_, RG \_\_\_\_\_ e CPF \_\_\_\_\_, participante do procedimento licitatório na modalidade de Concorrência Presencial nº ...../2024, **DECLARA**, sob as penas da lei, que a empresa acima nominada cumpre todos os requisitos legais para a qualificação como Microempresa (ou Empresa de Pequeno Porte), estando apta a usufruir do tratamento diferenciado e, na oportunidade, **DECLARA** que não se enquadra em nenhuma das vedações previstas no § 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006.

TAPAUÁ, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20...

-----  
Sócio Administrador, Diretor ou Representante Legal  
Carimbo de Identificação

**Observação:**

- 1) Esta declaração deverá ser apresentada junto com o credenciamento.**
- 2) Trazer este documento fora dos envelopes.**





FORMULÁRIO PADRONIZADO DE PROPOSTA  
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2024

Objeto: Escolha da proposta mais vantajosa para **XX**, conforme projetos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias e cronogramas físicos financeiros constantes do Anexo I deste edital, com fornecimento de toda a mão-de-obra, material, equipamentos, maquinários e ferramentas necessárias para a execução.

Valor global p/ extenso (    )
--------------------------------

1 - O prazo de eficácia desta proposta é de 90 (noventa) dias, a contar da data da entrega de seu respectivo envelope (art. 90, § 3º, da Lei Federal n.º 14.133/2021).

2 - A eficácia suspensiva dos recursos hierárquicos que forem interpostos no curso da licitação estender-se-á ao prazo de convocação previsto no art. 90, § 3º, da Lei Federal n.º 14.133/2021.

(Indicação do número do CNPJ)

1. Declaramos que o preço global por nós ofertado será para execução total da obra constantes dos Itens do presente edital, conforme todas as exigências do Memorial Descritivo e Planilhas Quantitativas e orçamentárias disponibilizados e descritos no item deste Edital.



**Estado do Amazonas**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPAUÁ**

---

2. Declaramos que entregaremos a obra dentro do prazo, conforme estipulado em edital.
3. Declaramos que estamos de acordo os prazos, medições e condições de pagamentos constantes do edital e minuta de contrato.
4. Declaramos que o preço global da proposta compreende todas as despesas relativas à completa execução da obra projetados e especificados, fornecimento de todo o material e mão-de-obra necessários, encargos sociais, tributos, equipamentos, ferramentas, assistência técnica, administração, benefícios e licenças inerentes.
- 5. Declaramos que o BDI (Benefícios e Despesas Indiretas) adotado é de \_\_% (\_\_\_\_\_) por cento.**

À elevada consideração de V. S<sup>a</sup>.

.....  
Representante Legal



**Estado do Amazonas**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPAUÁ**

**ANEXO X**

**MINUTA TERMO DE CONTRATO**

**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE  
SERVIÇOS Nº xx/2024 QUE ENTRE SI  
CELEBRAM O (NOME DO ENTE  
CONTRATANTE) E A EMPRESA .....,  
NA FORMA ABAIXO:**

Aos \_\_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ do ano de dois mil e vinte e quatro (\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_), nesta cidade de TAPAUÁ-AM, na sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE \_\_\_\_\_, situada na Rua \_\_\_\_\_, S/N, CEP \_\_\_\_\_ TAPAUÁ – AM, presentes o MUNICÍPIO DE xxxxxxxxxxxxxx- PREFEITURA MUNICIPAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, doravante designado simplesmente CONTRATANTE, representado neste ato pelo Exmo. Prefeito de TAPAUÁ/AM, o Sr. \_\_\_\_\_, brasileiro, e domiciliado neste Município, na \_\_\_\_\_, TAPAUÁ/AM, portador da Cédula de Identidade RG sob o nº. \_\_\_\_\_ SSP/AM, inscrito no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, e, de outro lado, a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, daqui por diante denominada CONTRATADA, pessoa jurídica de direito privado, sediada à \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, neste ato representado por seu representante legal, o(a) Sr(a). \_\_\_\_\_, brasileiro, (casado ou solteiro), empresário(a), residente e domiciliado na cidade de, \_\_\_\_\_, com endereço na Rua/Av. .... portador(a) da Cédula de Identidade RG sob o nº \_\_\_\_\_ SSP/AM, inscrito(a) no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, em consequência do Concorrência Presencial nº \_\_\_\_/2024-CCSC, constante do Processo Administrativo nº \_\_\_\_/2024, e para o presente termo, na presença das testemunhas abaixo, é assinado o TERMO DE CONTRATO DE \_\_\_\_\_, que se regerá pelas normas da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, com suas alterações, e, ainda pelas cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:** O presente contrato tem como objeto \_\_\_\_\_, conforme especificações do Anexo IV do Edital da Concorrência Presencial nº \_\_\_\_/20\_\_\_\_, para atender às necessidades da \_\_\_\_\_.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Para todos os efeitos legais e melhor caracterização dos serviços a serem entregues, bem como para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram este contrato, como se nele estivessem transcritos, com todos os seus anexos, os seguintes documentos: Proposta de Preços da CONTRATADA e Projeto Básico e outros documentos que embasam a Concorrência Presencial nº .../...20XX, no qual saiu vencedor(a) o(a) Contratado(a).

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Os serviços contratados por força deste Termo de Contrato, bem como seus quantitativos, são os descritos no Anexo IV.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME DE EXECUÇÃO:** Os serviços ora contratados serão adquiridos fornecidos por preço unitário (por item) mediante pagamento dos serviços efetivamente realizados e conferidos por servidor indicado.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:** A fiscalização da contratação será exercida por um(a) servidor(a) da Administração designado(a) por meio de Portaria, para exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização de todas as fases de execução de prestação dos serviços da CONTRATADA, devendo anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a



**Estado do Amazonas**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPAUÁ**

execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A CONTRATADA declara aceitar integralmente todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pelo CONTRATANTE.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A existência e atuação da fiscalização do CONTRATANTE, em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne aos serviços contratados e às consequências e implicações, próximas ou remotas.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O acompanhamento e a fiscalização desse Contrato ficarão a cargo do servidor(a) Sr(a). xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, Portaria nº xxxx/2024 – GP/PMC, designado para este fim, o qual deverá assinar Declaração e Termo de Responsabilidade.

PARÁGRAFO QUARTO: O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou erros observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

PARÁGRAFO QUINTO: A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do(a) CONTRATADO(A), inclusive, perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

PARÁGRAFO SEXTO: As decisões e providências que ultrapassarem a competência do(a) servidor(a) designado(a) para exercer a função de fiscal do contrato deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes.

PARÁGRAFO SÉTIMO: A contratada é obrigada a manter preposto, aceito pela Administração, no local de serviço, para representá-lo na execução do contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO: O valor global do presente Termo de Contrato é de R\$ xxxxxxxx (xxxxxxxxxxxxxx), que será pago de acordo com a ordem de serviço.

PARAGRÁFO PRIMEIRO: O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Edital. A Nota Fiscal deverá conter a descrição dos serviços prestados, e ainda número da Concorrência Presencial e número do Contrato.

PARAGRÁFO SEGUNDO: Para pagamento, a empresa deverá apresentar ao setor competente da Prefeitura Municipal, a nota fiscal com os seguintes documentos:

- a) Requerimento solicitando o pagamento da Nota Fiscal;
- b) Nota Fiscal e/ou Fatura dos Documentos do (s) equipamento (s) prestado (s), acompanhadas das respectivas Notas de execução dos serviços, se for o caso;
- c) Prova de Regularidade com o FGTS (CRF – Certidão de Regularidade de Situação, expedido pela Caixa Econômica Federal) dentro de seu período de validade;
- d) Prova de Regularidade com as Fazendas Municipal e Estadual, relativa à sede ou domicílio do proponente, dentro de seu período de validade;
- e) Prova de Regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011), em validade.
- f) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal através de Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, conforme Decreto Federal nº 5.512 de



**Estado do Amazonas**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPAUÁ**

15/08/2005, admitindo-se que seja emitida via Internet, no original, em validade;

g) Certidões Negativas de Falência e Recuperação Judicial (conforme Lei nº 11.101/05), expedida pela Central de Certidões do Tribunal de Justiça ou órgão equivalente do domicílio ou da sede do proponente, em validade;

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** A inadimplência da CONTRATADA quanto aos recolhimentos dos encargos previdenciários, autoriza o CONTRATANTE, na ocasião do pagamento, a retenção das importâncias devidas, como garantia, até a comprovação perante a fiscalização, da quitação da dívida, na forma do parágrafo primeiro, do art. 31, da Lei nº 8.212/91 c/c o art. 195, § 3º, da CFB.

**CLÁUSULA QUINTA – DA DESPESA E DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS:** A despesa orçamentária da execução deste contrato correrá à conta da Natureza da Despesa xxxx – xxxxxxxxxxxx, da Atividade [\_\_\_\_\_] – [\_\_\_\_\_] da Aplicação dos Recursos Públicos, conforme Nota(s) de Empenho n.º \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

**CLÁUSULA SEXTA – DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO:** A CONTRATADA deverá atender ao pedido do serviço efetuado pela Secretaria de xxxxxxxx, contados do recebimento da respectiva autorização, admitida prorrogação.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA:** O prazo de vigência deste contrato será de XX (XXX) meses, iniciando no dia \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 20xx e terminando no dia xx/xx/20xx, podendo ser prorrogado conforme necessidade e interesse público. Na contagem do prazo será excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Este contrato possui eficácia perante terceiros após a publicação do seu extrato no Diário Oficial dos Municípios do Amazonas, imprensa oficial do município de xxxxxxxx.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** O início dos serviços, objeto deste contrato, ocorrerá imediatamente após o recebimento da ordem de serviço pela CONTRATADA, emitida pelo CONTRATANTE, a partir de \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_.

**CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:** A CONTRATADA é obrigada a adotar todas as medidas preventivas necessárias para evitar danos a terceiros, em consequência da execução dos trabalhos, (ou na entrega e transporte das mercadorias), inclusive as que possam afetar os serviços a cargo de concessionários.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução/transporte ou de materiais empregados.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** A CONTRATADA deverá cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- I. Efetuar a entrega dos serviços, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos,
- II. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no Projeto Básico, os serviços com falhas;
- III. Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas** que antecede a data dos serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento das obrigações assumidas;
- IV. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- V. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.





**Estado do Amazonas**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPAUÁ**

- VI. Observar rigorosamente as normas técnicas em vigor, as especificações e demais documentos fornecidos pelo Ministério da Saúde, bem como as cláusulas do Contrato a ser firmado;
- VII. Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, inclusive as despesas de embarque e transporte, de embalagens, de frete e seguro, e, eventuais perdas ou danos;
- VIII. Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao Município de xxxxxxx-xxx ou a terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente, de outras cominações editalícias ou legais a que estiver sujeito;
- IX. Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, igualmente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da lei, ligadas ao cumprimento do Edital;

PARÁGRAFO TERCEIRO: A CONTRATADA deverá responder por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados à CONTRATANTE, por dolo ou culpa, bem como por àqueles que venham a ser causados por seus prepostos;

PARÁGRAFO QUARTO: Relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade observada em virtude do serviço e prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados, prontamente;

PARÁGRAFO QUINTO: Credenciar junto à Prefeitura xxxxxxx um Preposto para prestar esclarecimentos e atender às reclamações que porventura surgirem durante a execução do contrato;

PARÁGRAFO SEXTO: Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente de trabalho, bem como por todas as despesas decorrentes do serviço de impresso tais como: salários, seguro de acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vales-transportes, vales-refeições, e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas por Lei;

PARÁGRAFO SÉTIMO: Responsabilizar-se por quaisquer ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força de Lei, ligadas ao cumprimento do contrato;

PARÁGRAFO OITAVO: Fornecer a seus empregados todos os Equipamentos de Proteção Individual – EPI, exigidos pela Secretaria de Segurança e Medicina do Trabalho – SSMT do MTE, bem como cumprir todas as normas sobre medicina e segurança do trabalho;

PARÁGRAFO NONO: Observar e adotar todas as normas de segurança e prevenção, recomendadas por Lei;

PARÁGRAFO DÉCIMO: Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as demais obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório;

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou aos produtos do CONTRATANTE, ou ainda a terceiros, durante a execução deste contrato;

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: Fiscalizar regularmente os seus empregados designados para a prestação dos serviços para verificar as condições em que o serviço está sendo executado;



**Estado do Amazonas**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPAUÁ**

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO:** Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração cometida por seus empregados quanto ao objeto deste contrato;

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO:** Cuidar para que o preposto indicado mantenha permanente contato com a unidade responsável pela fiscalização do contrato e adote as providências requeridas relativas ao serviço pelos empregados;

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO:** Sujeitar às demais obrigações descritas nas Especificações Técnicas – Anexo xx da Concorrência Presencial nº [\_\_\_\_/20\_\_\_\_].

**CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:** São obrigações da CONTRATANTE:

- I. Receber os serviços no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e Edital;
- II. Verificar minuciosamente, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- III. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- IV. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de servidor especialmente designado;
- V. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Projeto Básico e Edital;
- VI. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência;

**CLÁUSULA DÉCIMA - DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:** A CONTRATADA é única, integral e exclusiva responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos, de qualquer natureza, causados direta ou indiretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços ou na entrega dos produtos, objeto deste contrato e quaisquer que tenham sido as medidas preventivas adotadas, respondendo por si e seus sucessores, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A CONTRATADA é também responsável por todos os encargos e obrigações concernentes a legislação social, trabalhista, tributária, fiscal, comercial, securitária, previdenciária que resultem ou venham a resultar a execução deste contrato, bem como por todas as despesas decorrentes da entrega de eventuais trabalhos em horários extraordinários (diurno e noturno), despesas com instalações e equipamentos necessários aos produtos e, em suma, todos os gastos e encargos com material e mão de obra necessária à conclusão dos serviços.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** A CONTRATADA obriga-se a afastar qualquer empregado ou funcionários seu, do local dos serviços, cuja presença, a juízo da FISCALIZAÇÃO, seja considerada prejudicial ao bom andamento, regularidade e perfeição deles.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos decorrentes da legislação mencionadas neste contrato, não transfere ao CONTRATANTE a responsabilidade de seu pagamento, nem pode onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso do equipamento reparado.

**PARÁGRAFO QUARTO:** Os danos ou prejuízos deverão ser ressarcidos ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da notificação à CONTRATADA, do ato administrativo que lhes ficar o valor, sob pena de multa.



**Estado do Amazonas**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPAUÁ**

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA GARANTIA DOS SERVIÇOS PRESTADOS:** A CONTRATADA garante a entrega dos serviços, conforme estipulado no Projeto Básico, e de acordo com as especificações, comprometendo-se a substituir, ou reparar os serviços que estejam em desacordo com o acordado, ou a corrigir qualquer efeito que se verifique no prazo de 24 horas da data de entrega deles.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** O CONTRATANTE é obrigado a rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com o contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO:** Nos contratos de **serviços contínuos, observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, o critério de reajustamento de preços será por reajustamento em sentido estrito**, quando não houver regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, **mediante previsão de índices específicos ou setoriais.**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O valor do contrato será **fixo e irrevogável**, porém, poderá ser corrigido anualmente mediante requerimento da contratada, após o período mínimo de um ano, contado a partir da data limite do orçamento estimado, pela variação do **IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado)**, tomando-se por base a data da apresentação da proposta;

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Os preços propostos serão reajustados pelo Índice Geral de Preços do Mercado, ou quando ocorrerem motivos de força maior que desequilibrem a equação econômica e financeira do Contrato, situação que deverá ser apontada e comprovada pela CONTRATADA, para que a Prefeitura Municipal de TAPAUÁ/AM examine e decida pelo reajustamento excepcional, fora do prazo acima estabelecido.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** A periodicidade do reajuste é anual, aplicado somente aos pagamentos de valores referentes a eventos físicos realizados a partir do 1º (primeiro) dia imediatamente subsequente ao término do 12º (décimo segundo) mês e, assim, sucessivamente, contado desde a data da apresentação da proposta e de acordo com a vigência do contrato.

**PARÁGRAFO QUARTO:** Após a aplicação do reajuste nos termos deste documento, o novo valor da parcela ou saldo contratual terá vigência e passará a ser praticado, pelo próximo período de 01 (um) ano, sem reajuste adicional e, assim, sucessivamente, durante a existência jurídica do contrato.

**PARÁGRAFO QUINTO:** O reequilíbrio econômico deverá ser precedido de pesquisa de preços prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis que assegurem o levantamento adequado das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de guardar a justa remuneração do objeto contratado e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES:** Em caso de inexecução total ou parcial, execução imperfeita ou qualquer inadimplemento ou infração contratual a CONTRATADA, sem prejuízo das responsabilidades civil ou criminal, ficará a CONTRATADA sujeita às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** As penas acima referidas serão impostas pela autoridade competente, assegurado à CONTRATADA a prévia e ampla defesa, na via administrativa.

**PARÁGRAFO SEGUNDO: DAS PENAS -** Serão aplicadas as seguintes penas, sem prejuízo das penalidades estabelecidas no Termo de Referência e no Instrumento Convocatório:

- I. Advertência por escrito;*
- II. Multa de 2% (dois por cento) por dia de atraso ou por ocorrência, até o limite de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, recolhida no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, uma vez comunicada oficialmente;*
- III. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total contratado, no caso de inexecução do objeto contratado, recolhida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da comunicação oficial;*



**Estado do Amazonas**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPAUÁ**

*IV. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar como órgão contratante, por prazo não superior a 2 (dois) anos;*

*V. Declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.*

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL:** O presente contrato poderá ser extinto quando:

I – Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II - Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

§ 1º A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

§ 2º Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

I - Devolução da garantia;

II - Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;

III - pagamento do custo da desmobilização.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA CESSÃO:** O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência total ou parcial, a não ser com prévia e expressa anuência do CONTRATANTE e sempre mediante instrumento próprio a ser publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Amazonas.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O cessionário ficará sub-rogado em todas as responsabilidades, obrigações e direitos do cedente.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** O pedido de cessão deverá ser formulado por escrito e devidamente fundamentado, cabendo à CONTRATADA indicar e comprovar as razões de força maior que impossibilitem o cumprimento do contrato.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** O cessionário indicado deverá atender a todas as exigências relacionadas com a sua capacidade e idoneidade e preencher todos os requisitos estabelecidos no edital e na legislação específica.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DO CONTRATANTE:** A rescisão determinada por ato unilateral da CONTRATANTE acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções pertinentes, reconhecendo a CONTRATADA, desde já, os direitos do CONTRATANTE de:

1. Assunção imediata do objeto deste contrato no estado em que se encontrar, por ato seu;
2. Ocupação e utilização se forem o caso, do local, instalações, equipamentos, material e pessoal envolvidos na execução deste contrato;
3. Retenção dos créditos decorrentes do contrato, até o limite dos prejuízos causados ao CONTRATANTE.



**Estado do Amazonas**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPAUÁ**

---

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS RECURSOS:** Contra as decisões que tiverem sido aplicadas as penalidades, a CONTRATADA poderá, sempre sem efeito suspensivo:

1. Interpor recursos para a autoridade imediatamente superior, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da ciência que tiver da decisão que aplicar as penalidades de advertência e multa;
2. Interpor recurso para a autoridade imediatamente superior, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da publicação do Diário Oficial dos Municípios do Estado do Amazonas da decisão de suspensão do direito de licitar, impedimento de contratar ou rescindir administrativamente o contrato;
3. Formular pedido de reconsideração à autoridade que aplicou a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, no prazo de 10 (dez) dias úteis da publicação no Diário oficial dos Municípios do Estado do Amazonas.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS E DOS PREÇOS:** Os contratos poderão ser alterados, de acordo com o art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, com as devidas justificativas, nos seguintes casos.

I - Unilateralmente pela Administração:

- a) Quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos;
- b) Quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

II - Por acordo entre as partes:

- a) Quando conveniente a substituição da garantia de execução;
- b) Quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- c) Quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;
- d) Para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Se forem decorrentes de falhas de projeto, as alterações de contratos de obras e serviços de engenharia ensejarão apuração de responsabilidade do responsável técnico e adoção das providências necessárias para o ressarcimento dos danos causados à Administração.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Será aplicado o disposto na alínea “d” do inciso II do caput deste artigo às contratações de obras e serviços de engenharia, quando a execução for obstada pelo atraso na conclusão de procedimentos de desapropriação, desocupação, servidão administrativa ou licenciamento ambiental, por circunstâncias alheias ao contratado.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA DOCUMENTAÇÃO:** A CONTRATADA e seus representantes legais apresentarão neste ato os documentos comprobatórios de suas condições jurídico-pessoais





**Estado do Amazonas**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPAUÁ**

indispensáveis à lavratura do presente, inclusive a Certificação de Regularidade dos órgãos fiscais e previdenciários públicos, a que estiver vinculada.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA PUBLICAÇÃO:** O extrato do presente instrumento será publicado no Diário Oficial dos Municípios do Amazonas, pelo Município de XXXXX.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - CLÁUSULA ESSENCIAL:** Constitui, também, cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte da CONTRATADA, a impossibilidade, perante o CONTRATANTE, de exceção de inadimplemento, como fundamento para a unilateral interrupção da prestação de serviços, ou da entrega dos itens.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - NORMAS APLICÁVEIS:** O presente contrato reger-se-á por toda a legislação aplicável à espécie, e, ainda pelas disposições que a complementarem, cujas normas, desde já, estendem-se como integrantes do presente pacto, especialmente as leis apontadas no preâmbulo do certame que originou o presente contrato, especialmente a Lei nº LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021 e suas alterações, a Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, alterada pela LC 147/2014 e LC 155/2016 e DECRETO MUNICIPAL nº 019/2024, de 09 de abril de 2024, e ainda, a legislação referente aos Planos Econômicos do Governo Federal que atinjam as cláusulas econômicas deste contrato, declarando a CONTRATADA conhecer todas essas normas, e concordando em sujeitar-se às estipulações, sistemas de penalidades e demais regras delas constantes, mesmo que não expressamente transcritas no presente instrumento.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DA OBSERVÂNCIA À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS:** É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto deste instrumento, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** As partes responderão administrativa e judicialmente caso causarem danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à Lei Geral de Proteção de Dados.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** O(A) CONTRATADO(A) declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.

**PARÁGRAFO QUARTO:** O(A) CONTRATADO(A) fica obrigada a comunicar ao CONTRATANTE em até 24 (vinte e quatro) horas qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados.

**PARÁGRAFO QUINTO:** O(A) CONTRATADO(A) declara expressamente que autoriza o MUNICÍPIO-CONTRATANTE a utilização dos dados pessoais de seus representantes legais nas publicações necessárias ao cumprimento da execução do objeto deste Contrato, pertinentes ao princípio constitucional da publicidade dos atos públicos.



**Estado do Amazonas**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPAUÁ**

**CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DO FORO:** Fica eleito o foro da Comarca de xxxxxx-AM, com renúncia expressa de qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas da interpretação e execução deste instrumento. E por estarem justos e convencionados, firmam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma e para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo firmadas.

TAPAUÁ/AM, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20....

Prefeito Municipal de XXXXXXXXXXXXXXXX  
Contratante

**FORNECEDOR/PRESTADOR DE SERVIÇOS**  
XXXXXXXXXXXXXXXXXX  
Procurador Legal e/ou Sócio Administrador

**TESTEMUNHAS:**

NOME:

RG N°

CPF N°

ASSINATURA:

NOME:

RG N°

CPF N°

ASSINATURA:



**Estado do Amazonas**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPAUÁ**

---

**ANEXO XI**

**TERMO DE CREDENCIAMENTO**

Através do presente, credenciamos o(a) Sr.(a) ....., portador(a) do RG nº .....e do CPF nº....., a participar da licitação instaurada pelo órgão contratante, na modalidade Concorrência Presencial nº 001/2024, na qualidade de representante legal, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa ....., bem como formular propostas, ofertar lances verbais, renunciar direitos, desistir de recursos, enfim, praticar todos os demais atos inerentes ao presente certame.

....., ... de ... de 20....

.....

Sócio Administrador ou Diretor  
Carimbo de Identificação

**Observação:**

- 1) Trazer este documento fora dos envelopes.**
- 2) A assinatura (firma) deverá estar reconhecida em cartório competente.**

=====

**ANEXO XII**

**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS  
DA PROPOSTA DE PREÇOS E DE HABILITAÇÃO**

A (razão social da empresa), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº ....., localizada na cidade de .....com endereço....., DECLARA, sob as penas da lei, que cumpre todos os requisitos exigidos no Edital quanto à Proposta de Preços e à Habilitação, especialmente, em relação às condições de qualificação jurídica, técnica, econômico-financeira e regularidade fiscal e trabalhista.

DECLARA, ainda, estar ciente que a falta de atendimento a qualquer exigência para habilitação constante do Edital, ensejará a reparação civil das perdas e danos a Declarante.

....., ... de ..... de 20.....

.....

Sócio Administrador, Diretor ou Representante Legal  
Carimbo de Identificação

**Observação:**

- 3) Esta declaração deverá ser apresentada junto com o credenciamento.**
- 4) Trazer este documento fora dos envelopes.**



**Estado do Amazonas**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPAUÁ**

---

**ANEXO XIII**

**DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DA PROPOSTA**

[IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE DA LICITANTE], como representante devidamente constituído de [IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DA LICITANTE] (doravante denominado [Licitante]), para fins do disposto no item [completar] do Edital [COMPLETAR COM IDENTIFICAÇÃO DO EDITAL], declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a) A Proposta em anexo foi elaborada de maneira independente pelo [Nome da Licitante], e que o conteúdo da proposta inclusa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido por outro participante potencial ou de fato da [IDENTIFICAÇÃO DA LICITAÇÃO], por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- b) A intenção de apresentar a Proposta anexa não foi informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da [IDENTIFICAÇÃO DA LICITAÇÃO], por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- c) Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influenciar na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da [IDENTIFICAÇÃO DA LICITAÇÃO], quanto a participar ou não da referida licitação;
- d) Que o conteúdo da Proposta inclusa não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da [IDENTIFICAÇÃO DA LICITAÇÃO], antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- e) Que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante de [Órgão Licitante] antes da abertura oficial das propostas; e
- f) Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

\_\_\_\_\_TAPAUÁ, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20.....

.....  
Sócio Administrador, Diretor ou Representante Legal  
Carimbo de Identificação

**Observação:**

- 5) Esta declaração deverá ser apresentada junto com o credenciamento.**
- 6) Trazer este documento fora dos envelopes.**



**Estado do Amazonas**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPAUÁ**

---

**ANEXO XIV**

**MODELO DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA CF/88**

A (razão social da empresa), inscrita no CNPJ n. ...., por intermédio do seu representante legal o(a) Sr...., portador(a) da Carteira de Identidade de n. ... e do CPF/MF n. ...., DECLARA, para os fins do disposto no inciso V, do artigo 27 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei n. 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menor de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, apenas na condição de aprendiz.

\_\_\_\_\_TAPAUÁ, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20.....

.....  
Sócio Administrador, Diretor ou Representante Legal  
Carimbo de Identificação





Estado do Amazonas  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPAUÁ

---

ANEXO XV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA

À Prefeitura Municipal de ...../AM

Ref.: Concorrência Presencial Nº. 001/2024

Objeto: Contratação de empresa .....

(Razão Social da Empresa), estabelecida na ....(endereço completo)...., inscrita no CNPJ sob n.º ....., neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem **DECLARAR**, para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que vistoriou no \_\_\_\_/\_\_\_\_/20.... as dependências e os locais onde serão realizadas as obras e serviços de engenharia objeto da Concorrência Presencial nº 001/2024, oportunidade em que, tomou conhecimento de todos os aspectos que podem influir direta e indiretamente em sua execução e ainda, que não alegará posteriormente o desconhecimento de fatos evidentes à época da vistoria para solicitar qualquer alteração do valor do contrato que vier a celebrar, caso seja a vencedora. Por ser verdade assina a presente.

\_\_\_\_\_TAPAUÁ, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20....

.....  
Sócio Administrador, Diretor ou Representante Legal  
Carimbo de Identificação



**Estado do Amazonas**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPAUÁ**

---

**ANEXO XVI**

**MODELO DECLARAÇÃO DE TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA EMPRESAS  
LOCAIS/REGIONAIS**

A (razão social da empresa), inscrita no CNPJ n. ...., por intermédio do seu representante legal o(a) Sr....., portador(a) da Carteira de Identidade de n. ... e do CPF/MF n. ...., DECLARA, sob as penas da lei, que a empresa acima nominada cumpre os requisitos legais para exercer o direito de preferência para o tratamento favorecido, diferenciado, simplificado e regionalizado nos termos do § 1º do art. 289, do Decreto Nº 019/2024, objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional.

\_\_\_\_\_TAPAUÁ, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20.....

.....  
Sócio Administrador, Diretor ou Representante Legal  
Carimbo de Identificação

**Observação:**

**Esta declaração deverá ser apresentada junto com o credenciamento.**

**Trazer este documento fora dos envelopes.**

**Somente para empresas locais e regionais.**



**Estado do Amazonas**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPAUÁ**

---

**ANEXO XVII**

**MODELO DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DO EDITAL E ANEXOS**

A (razão social da empresa), inscrita no CNPJ n. ..., por intermédio do seu representante legal o(a) Sr...., portador(a) da Carteira de Identidade de n. ... e do CPF/MF n. ..., DECLARA, para os fins que está ciente e concorda integralmente com as condições do edital e anexos.

\_\_\_\_\_TAPAUÁ, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20....

.....  
Sócio Administrador, Diretor ou Representante Legal  
Carimbo de Identificação

**Observação:**

**Esta declaração deverá ser apresentada junto com o credenciamento.  
Trazer este documento fora dos envelopes.**



**Estado do Amazonas**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPAUÁ**

---

**ANEXO XVIII**

**MODELO DECLARAÇÃO DE VERACIDADE DOS DOCUMENTOS**

A (razão social da empresa), inscrita no CNPJ n. ...., por intermédio do seu representante legal o(a) Sr....., portador(a) da Carteira de Identidade de n. .... e do CPF/MF n. ...., DECLARA, sob as penas da lei, que os documentos apresentados para comprovação da habilitação são fiéis e verdadeiros.

\_\_\_\_\_TAPAUÁ, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20.....

.....  
Sócio Administrador, Diretor ou Representante Legal  
Carimbo de Identificação



**Estado do Amazonas**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPAUÁ**

---

**ANEXO XIX**

**MODELO DECLARAÇÃO QUE NÃO MANTÉM VÍNCULO COM AGENTE PÚBLICO**

A (razão social da empresa), inscrita no CNPJ n. ...., por intermédio do seu representante legal o(a) Sr....., portador(a) da Carteira de Identidade de n. .... e do CPF/MF n. ...., DECLARA, para os fins que não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão executor ou com agente público, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

\_\_\_\_\_TAPAUÁ, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20.....

.....  
Sócio Administrador, Diretor ou Representante Legal  
Carimbo de Identificação





Estado do Amazonas  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPAUÁ

---

ANEXO XX

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ABSTENÇÃO DE VISITA TÉCNICA

À Prefeitura Municipal de ...../AM  
Ref.: Concorrência Presencial Nº. 001/2024  
Objeto: Contratação de empresa .....

(Razão Social da Empresa), estabelecida na ....(endereço completo)...., inscrita no CNPJ sob n.º ....., neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem **DECLARAR**, para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que optamos pela não realização da vistoria técnica e assumimos inteiramente a responsabilidade ou consequências por essa omissão, mantendo as garantias que vincularem nossa proposta ao presente processo licitatório em nome da empresa que represento, caso seja a vencedora. Por ser verdade assina a presente.

\_\_\_\_\_ TAPAUÁ, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20....

.....  
Sócio Administrador, Diretor ou Representante Legal  
Carimbo de Identificação